

Ipece: duas décadas de contribuições para o desenvolvimento do Ceará

Fortaleza, capital do estado do Ceará

Claudio Conceição e Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Em abril, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do estado, completou 20 anos. Responsável pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas, entre outras informações socioeconômicas e geográficas, nessas duas décadas o instituto ganhou posição de destaque pela contribuição no desenho de políticas públicas. Entre os exemplos mais conhecidos está o apoio técnico do Ipece na elaboração do mecanismo de incentivo à educação a partir de repasses municipais do ICMS, chamado Cota Parte do ICMS. Desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação, essa partilha é feita com base em indicadores de desempenho em educação, saúde e meio ambiente, e seus resultados colaboraram para elevar o Ce-

ará a referência nacional no campo do ensino fundamental.

“O instituto tem contribuído para construir soluções eficientes para os problemas que dificultam o avanço socioeconômico do estado. Tanto com a produção de estudos e estatísticas que ajudam nas discussões técnicas, quanto com a participação direta no desenho e implementação das soluções escolhidas”, resume Alfredo José Pessoa de Oliveira, diretor-geral do Ipece. Outros exemplos de colaboração citados por Oliveira são o desenvolvimento do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop), a reformulação do Fundo de Desenvolvimento Industrial, e ferramentas de acompanhamento da conjuntura econômica, como a produção do PIB trimestral. “Hoje, menos de dez estados brasileiros divulgam o PIB

trimestral, permitindo obter informações preliminares do crescimento da economia, e o Ceará é um deles”, ressalta João Mário de França, que ocupou o posto de diretor-geral até dezembro do ano passado.

No balanço que faz sobre sua atuação à frente do Ipece, França destaca duas frentes. “A primeira atividade – marco da gestão de Flávio Ataliba (2011-2018), pesquisador associado do FGV IBRE, e que pude avançar na minha gestão (2019-2022) – foi a assessoria ao governo do estado nas políticas públicas, que tem sido muito demandada por diversas secretarias, como saúde, educação, meio ambiente, planejamento, proteção social e desenvolvimento agrário”, cita. “Um exemplo foi o levantamento de dados que realizamos, entre 2017 e 2018, sobre pobreza infantil, em que

identificamos que a extrema pobreza no Ceará era mais concentrada em famílias com crianças até 6 anos que vivem no meio rural”, cita. “O estudo foi feito com base na PNAD Contínua do IBGE, e a partir dele o governo desenhou a política do Cartão Mais Infância Ceará, que é um complemento de renda além do Bolsa Família, para aquelas com crianças até 6 anos em extrema vulnerabilidade.” Atualmente o programa beneficia 150 mil famílias.

A segunda frente indicada por França é a criação do Centro de Análise de Dados e Avaliação de Políticas Públicas (CAPP), entre 2018 e 2019, focado em três tipos de avaliação: propostas de projetos, avaliação executiva de programas em andamento e avaliação de impacto. “Começamos nosso trabalho com os projetos, focando naqueles que são financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop), que gira em torno de R\$ 550 milhões ao ano”, conta. “Na época, o governador Camilo Santana (atual ministro da Educação) publicou um decreto obrigando que esses projetos só poderiam ser analisados pelo conselho do fundo depois de uma avaliação pelo Ipece”, afirma, indicando que esse estímulo resultou em que, somente em 2020, o número de projetos avaliados pelo Ipece tenha chegado a 70. Nessa avaliação, cada projeto ganha uma nota de 1 a 10, obtida a partir de uma série de requisitos que, descreve França, tratam não só de questões ligadas ao projeto em si – como ter um bom desenho, diagnóstico correto, público-alvo bem definido, prever monitoramento e avaliação de impacto previsto –, como à

sua interação com outras secretarias e instâncias de governo, sejam elas municipais ou em nível federal. “O projeto que receber nota igual ou superior a 6 pode ser encaminhado para o conselho do fundo para ser avaliado. Se receber nota abaixo de 6, volta para a secretaria, para que seja refeito”, explica.

No campo das avaliações executivas, foram 18 desde a criação do CAPP. “Por sua vez, entre as avaliações de impacto, temos duas em andamento, ambas na área de educação. Elas têm alguma semelhança, pois estão ligadas à permanência de jovens em extrema vulnerabilidade na universidade, aos quais se oferece uma espécie de bolsa para que se mantenham enquanto não conseguem algum tipo de apoio da própria universidade”, diz França, indicando que ambas as avaliações começaram na virada de 2021/22, com previsão de serem concluídas ainda este ano.

França afirma que gostaria de ver esse trabalho avançar, com a sistematização do tratamento das políticas que recebem nota baixa: por exemplo, estabelecer se serão revisadas, se terão seu orçamento reduzido no ano seguinte; ou se serão substituídas. “Nos últimos anos, o Ipece fez esse esforço no campo da avaliação. Agora, é preciso encorajar o governo, a Secretaria de Planejamento, para que essa agenda ganhe amplitude, para efetivamente melhorar a qualidade do gasto e tornar as políticas públicas mais eficientes, gerando impacto efetivo”, defende.

França considera que há importantes frentes de desenvolvimento econômico sendo abertas para o estado, e que precisarão do apoio do Ipece.

Foto: Divulgação



João Mário de França “É preciso que a agenda de avaliação de políticas públicas ganhe amplitude, para efetivamente melhorar a qualidade do gasto e torná-las mais eficientes.”

“Temos a interiorização de hospitais, um investimento forte em tecnologia digital, de aumento da acessibilidade à internet especialmente no interior. Além de logística e energias renováveis, que têm ganhado visibilidade com a questão do hidrogênio verde, sendo o Ceará um dos estados que mais têm assinado memorandos de investimento nessa área”, cita, referindo-se ao *hub* em desenvolvimento no Complexo do Pecém. “Mas o Ceará também tem um grande desafio na área social. Então, ao mesmo tempo em que é preciso ter desenvolvimento econômico, também é preciso olhar o social, pois às vezes essas duas coisas não ocorrem simultaneamente”, ressalta. Para isso, França reconhece a importância do Ipece no

aprimoramento contínuo das políticas sociais do estado, lembrando que os resultados no campo da educação – “que também têm acontecido em outros estados do Nordeste” – são um exemplo do diferencial que tende a colaborar para a geração desse círculo virtuoso entre atividade econômica e bem-estar social. “Ceará, Piauí, Pernambuco no ensino médio são exemplos de que os governadores da região começaram a perceber a importância da educação para a melhoria da qualidade de vida no médio e longo prazo (como aponta a matéria de capa desta edição – *ver pág. 28*), e que pode ser um mecanismo a mais na atração de empresas.” Ele afirma que, à medida que essa roda girar, o estado se fortalecerá graças aos diferenciais competitivos próprios. No campo da educação, levantamento do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), por exemplo, indica que na década encerrada em 2022 os alunos cearenses conquistaram 36,7% das vagas, desse que é considerado um dos vestibulares mais difíceis do país. “Considero que, para reter esse profissional qualificado no Ceará depois de formado, não devemos buscar mecanismos artificiais. Se hoje você oferece uma bolsa, quando aparecer algo melhor em outro estado, esse profissional migrará para lá”, diz. “Só se consegue reter esse profissional de fato com indústria, com mercado. Então, as políticas a serem promovidas são as que façam com que o estado cresça. E isso não acontece atraindo qualquer indústria. É preciso buscar aquelas mais produtivas, que possam demandar esses profissionais altamente qualificados”, defende, ressaltando que esses profissionais requerem bons

Parceria entre Ipece e FGV IBRE inclui transferência de tecnologia que permite ao instituto cearense atender a novas demandas do governo por estudos e análises

salários e *network*. “Esses profissionais não querem ser o único engenheiro ou físico qualificado do estado, eles querem interagir. E, como disse, para atrair essas indústrias, o melhor é que não seja via incentivo fiscal, que tem vida curta. Especialmente com a reforma tributária tramitando no Congresso, esse mecanismo tem data e hora para acabar.”

Para garantir esse bom ambiente de negócios, outro ponto a favor do estado, diz França, é a sustentabilidade fiscal perseguida há vários governos. “Há muitos anos o Ceará vem se mantendo com bom nível de solvência, não há qualquer risco de insustentabilidade das contas públicas, e isso tem se tornado uma marca do estado que amplia seu potencial de atração de investimentos. Isso permite com que o Ceará cumpra suas regras, contratos, e o que promete em termos de infraestrutura logística para viabilizar os investimentos.”

França avalia que a implantação do IBRE no Nordeste, que será ca-

pitaneado por Flávio Ataliba, deverá ampliar o potencial de parcerias que ambos os institutos já promovem, bem como colaborações de pesquisadores. Um dos exemplos foi o desenvolvimento da matriz insumo-produto do estado junto a Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do IBRE. “Essa matriz serviu de apoio às decisões do governador no momento de flexibilizar as medidas de isolamento na pandemia, na identificação das atividades com maior potencial, que foram abertas primeiro para promover uma recuperação mais efetiva da economia”, cita França.

Outro trabalho de referência na relação entre IBRE e Ipece foi o capitaneado por Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro IBRE, para o cálculo da produtividade da economia cearense. França ressalta que, diferentemente do que em geral acontece na contratação de uma consultoria, essas parcerias resultaram em transferência de tecnologia para o Ipece. “Graças a esse compartilhamento da metodologia desenvolvida, por exemplo, agora se produz um relatório trimestral sobre produtividade no estado, e os analistas da área econômica aplicam a matriz insumo-produto em diversos estudos”, cita. “Então, além da parceria gerar os resultados esperados no momento da contratação, também gera resultados futuros por esse instrumental analítico que fica à disposição do Ipece, com o qual o instituto consegue atender a outras demandas que constantemente chegam do governo.”